

## **TICs como ferramentas na formação do magistério indígena no AM<sup>1</sup>**

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes<sup>2</sup>  
Aldrin Bentes Pontes<sup>3</sup>

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

### **RESUMO**

A pesquisa evidencia que o ensino através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ao Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) (turma 2009-2014), contribui com alternativas para o ensino, uma vez que é necessário organizar o modelo Projeto Pedagógico do Curso para o uso adequado das tecnologias. E a transmissão das aulas por meio do Sistema Presencial Mediado pela Tecnologia beneficiou os povos indígenas de 52 municípios amazonenses onde o curso estava presente, e pode favorecer ainda mais com outros projetos educacionais principalmente em comunidades longínquas em todo o Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** TICs; IPTV; PROIND; povos indígenas; comunicação.

### **INTRODUÇÃO**

Este ensaio pretende trazer reflexões teóricas acerca das relações estabelecidas a partir dos contextos de interação entre comunicação e humanidades diante da formação de professores na educacional superior indígena, aliada ao uso da tecnologia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) através do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm ganhado grande visibilidade nas últimas décadas no que tange ao processo ensino-aprendizagem, principalmente a partir do processo de democratização da Rede Mundial de Computadores. O *Internet Protocol Television (IPTV)*, por exemplo, com suas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT 3 - Comunicação, Ciência e Amazônia), evento integrante da programação do 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de maio de 2024.

<sup>2</sup> Jornalista. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora Substituta do Curso de Jornalismo da UFT-Palmas. Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFT. , email: [joycekarolinepontes@gmail.com](mailto:joycekarolinepontes@gmail.com).

<sup>3</sup> Radialista, Advogado, acadêmico de Gestão Pública pela UNITINS (TO). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Professor Substituto de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT) -Palmas, email: [aldrinpontes@gmail.com](mailto:aldrinpontes@gmail.com).

características de uma mídia completa foi utilizada de forma satisfatória na Educação a Distância de 52 municípios amazonenses com o curso do PROIND a partir do ano de 2009, além de videoconferências entre docentes e discentes, uma época em que a Inteligência Artificial (IA) ainda não havia se popularizado.

O uso das tecnologias por professores indígenas é previsto pelo Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC). E caberá a gestão e a comunidade escolar indígena utilizar a tecnologia como ferramenta de ensino-aprendizagem, para elevar o grau de conhecimento e manuseio de *softwares* pelos acadêmicos, facilitando o acesso quando for necessário para a aprendizagem.

Deste modo, a educação indígena surge neste cenário, não como algo inovador, mas como um meio que possibilita a ressignificação de valores, os quais, postos em prática pelas políticas públicas de educação escolar indígena, aumentam as oportunidades de acesso a todos os níveis de ensino, principalmente ao superior fazendo o uso da tecnologia.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

É relevante ressaltar que no final do século XX e início do século XXI, houve crescimento rápido de escolas em Terras Indígenas, em especial tendo a cooperação dos professores pertencentes às comunidades a que se reservam, abrindo propostas curriculares diferenciadas e materiais didáticos específicos e bilíngues, exibindo uma mudança de adaptação de uma instituição com alto grau ocidental em sua linhagem, mas que aos poucos toma a cor do povo indígena que a interpreta.

O ingresso de indígenas no ensino superior público no Brasil, atualmente tem se dado com maior impacto através de dois vieses de experiências: cursos específicos e diferenciados, além de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares. As demandas por formação em ensino superior por parte dos povos indígenas e suas organizações podem ser identificadas há pelo menos três décadas no Brasil.

O acesso de indígenas ao ensino superior tem sido encarado muitas vezes como uma questão de transferência de capacidades para o empoderamento, desses segmentos da população diante dos setores dominantes, a educação básica e os territórios etnoeducacionais precisam ser vistos como espaços que possibilitem essa ascensão social e educacional desses povos.

Na contemporaneidade, o indígena é visto como uma atração turística, principalmente para quem visita a Amazônia. Essa ideia precisa ser deixada de lado, uma vez que eles representam as primeiras civilizações locais. Logo, sua cultura, tradições e costumes devem ser valorizados a partir do respeito. Diante do momento em que não se queira modificar seus hábitos nem sua cosmologia, e se um ensino fundamental, médio ou superior for dado pelas escolas e universidades tradicionais, estes devem promover um ensino bilíngue, para que se preserve a língua.

É recente essa direção que se deu à discussão a propósito da política indigenista nacional. Por isso, toda vez que se fala dos indígenas, não se está diante de um problema, mas, sim, de uma questão política, antes de ser educacional. O Ensino Básico é responsabilidade dos Estados e Municípios, desde a Constituição de 1946<sup>4</sup>. O Ministério da Educação (MEC) institucionalmente, não toma conta dessa situação, porque a responsabilidade do órgão é o Ensino Superior<sup>5</sup>.

Constituem princípios para a elaboração de projetos de escola em áreas indígenas a efetiva participação das comunidades indígenas, a partir do desenvolvimento de currículos específicos, com calendários escolares que respeitem as atividades tradicionais dos diferentes grupos, com metodologias de ensino diferenciadas, com a incorporação dos processos próprios de aprendizagem de cada povo e com a implementação de programas escolares e processos de avaliação de aprendizagem flexíveis<sup>6</sup>.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>7</sup>, referentes ao censo de 2022, o Brasil possui uma população indígena estimada em 1.693.535, composta por 305 etnias, falantes de 274 idiomas, espalhados em todas as regiões brasileiras, porém, há uma concentração maior na região Amazônica. A região Norte concentra 44,48% da população indígena do País (totalizando 753.357 pessoas).

Os dois estados com maior número de pessoas indígenas, Amazonas (490,9 mil) e Bahia (229,1 mil), concentravam 42,51% do total dessa população no País. Em 2022,

---

<sup>4</sup> Art. 171 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. **BRASIL, CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946) - CAPÍTULO II - Da Educação e da Cultura.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)> Acesso em 13 abr. 2024.

<sup>5</sup> A Secretaria de Educação Superior (SESu) é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, a supervisão e o desenvolvimento das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior (Ifes) e a supervisão das instituições privadas de educação superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também são de responsabilidade da SESu.

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **O Governo Brasileiro e a educação escolar indígena.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbeci.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2024.

<sup>7</sup> Censo IBGE 2022: <https://censo2022.ibge.gov.br/>

Manaus era o município brasileiro com maior número de pessoas indígenas, com 71,7 mil. A capital amazonense foi seguida de São Gabriel da Cachoeira (AM), que tinha 48,3 mil habitantes indígenas, e Tabatinga (AM), com 34,5 mil.

Eles ainda lutam pelos seus direitos junto ao Ministério da Educação (MEC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre outras entidades. Contar essa história na perspectiva das práticas educativas da educação superior indígena, principalmente do nosso recorte nacional e regional, ao falarmos do Norte e do nosso País, torna esta pesquisa ímpar.

A educação superior permite a conquista da efetiva cidadania, pelo direito de acesso aos bens do mundo contemporâneo, sem interveniência e sem intermediação de não indígenas. Isso significa que a partir daí serão formados profissionais que sejam no mínimo capazes de articular os conhecimentos provenientes, por um lado, das tradições de seus povos, por outro, da tradição ocidental e, ao mesmo tempo, dará ao País a oportunidade de quebrar a visão estereotipada que uma parcela significativa da população brasileira ainda guarda sobre os povos originários.

### **TICS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA**

Cada comunidade indígena tem sua própria organização, além dos costumes e tradições. O acesso à educação promove o diálogo intercultural assim como beneficia as crianças e os jovens indígenas para cursarem o Ensino Fundamental nas aldeias e em escolas direcionadas a este público. Guimarães e Villardi (2010, p. 45) declaram:

O grande desafio que se apresenta às instituições brasileiras é como viabilizar o acesso de estudantes indígenas à educação superior. A conclusão do ensino médio já é, em si, uma conquista obtida com grande sacrifício pelos jovens e suas famílias. Além das questões de ordem econômica. Estudantes indígenas enfrentam, nas escolas, discriminação e preconceito. Estudantes indígenas enfrentam o despreparo até mesmo de gestores e docentes das escolas, regulares ou supletivas, nas quais o direito à diferença é simplesmente ignorado.

As culturas não existem abstratamente, são saberes de grupos e de pessoas históricas, das quais jamais podem ser completamente separáveis. As pessoas são formadas em contextos culturais determinados, mas, são as pessoas que fazem cultura.

Neste seguimento se percebe que a tecnologia e seu avanço é sem dúvida uma das marcas do tempo atual, atingindo todos os setores da sociedade e o docente deve estar preparado de fato com o que vai contribuir para a prática pedagógica.

Tendo como *case* de sucesso no Brasil, tem-se como referência a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com o Programa de Formação de Professores (Proformar)<sup>8</sup> que utilizava inicialmente o Centro de Mídias da Secretaria de Educação (SEDUC) que também foi utilizado a partir de 2009 para ser colocado em prática no magistério, especificamente no Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, que teve como objetivo disponibilizar um suporte das atividades onde o professor titular responsável pelo ensino e pela pesquisa, recorrendo a videoconferências, por meio da Internet, cuja finalidade era ministrar seu conteúdo, hospedado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com a plataforma IPTV (*Internet Protocol Television*).

As aulas do PROIND eram transmitidas ao vivo pelo Centro de Mídias da SEDUC. Havia um professor assistente presente em cada município, cujo objetivo era atender ao aluno que se encontrava com dúvida, e para organizar a transmissão que era feita em sala de aula da unidade acadêmica de ensino. (SOUZA, 2014)<sup>9</sup>.

Mas enquanto houve a formação pelo PROIND, ainda pelo Centro de Mídias da SEDUC, o docente, colocava à disposição dos graduandos atividades como fóruns, *chats*, visualização de vídeos, *download* de apostilas em *Portable Document Format* (PDF), apresentações em *Power Point*.

O perfil desse novo professor é sempre estar atualizado, se inserindo no mundo digital para ter acesso ao maior número de informações que serão repassadas aos alunos na forma de conhecimento. Se torna parceiro dos estudantes contribuindo para a formação integral deste, assim a relação professor e aluno deixa de ser vertical e se torna horizontal cujo diálogo é muito bem vindo, com garantia da autoridade, mas sem autoritarismo.

Neste sistema, as aulas eram realizadas nos turnos matutino e vespertino, totalizando uma carga horária de 8 horas diárias. As aulas pelo IPTV com os professores titulares ocorriam no período da manhã e, no período da tarde, os professores assistentes trabalhavam o aprofundamento com as turmas nas salas de aula. Outros recursos eram utilizados para a comunicação com os acadêmicos dos 52 municípios, como o chat e a interação, que ocorria todos os dias em momentos organizados pelos professores titulares (UEA, 2013)<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Em 2005, no dia 30 de junho, se forma a primeira turma do curso Normal Superior no Programa de Formação de Professores (Proformar), graduando 7.150 educadores. Esse foi o primeiro passo da UEA no que diz respeito ao ensino ministrado de forma presencial mediado pela tecnologia.

<sup>9</sup> Coordenadora do PROIND/UEA

<sup>10</sup> UEA, **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com Formação em Interculturalidade**, da Universidade do Estado do Amazonas, localizada em Manaus-AM. Elaborado em 2013.

A IPTV ao ser usada como um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na Educação, pode promover esta forma interessante de aprendizagem afirmado por Tori (2010) devido as suas características, permitindo obter um bom desempenho do aluno/professor na sua efetiva utilização. Por exemplo:

- ✓ Palestras, seminários e aulas podem ser transmitidos ao vivo permitindo interação audiovisual ou em texto entre várias instituições, campi, salas, etc;
- ✓ A gravação audiovisual das palestras, seminários, aulas, sincronizados com os respectivos slides de apresentação poderão ser disponibilizados aos alunos, via serviço *On Demand*;
- ✓ Criação de nichos de discussão através de fóruns, áudio e vídeo conferência, por disciplina, por área, período e por projetos. Apoiando o conceito cooperativo e colaborativo entre aluno-professor, aluno-aluno e aluno-conteúdo;
- ✓ Oferecer monitoria on-line para o aluno como já acontece em sistemas de EaD;
- ✓ Oferecer ao aluno e professor, conta de acesso restrito via web, espaço de disco virtual para conteúdo colaborativo;
- ✓ Acesso à rede de bibliotecas digitais ou virtuais das grandes universidades e periódicos;
- ✓ O professor pode deixar arquivada sua aula após a transmissão ao vivo;
- ✓ Durante a transmissão de uma aula/palestra a IPTV permite comunicação entre alunos e professores, reduzindo assim as distâncias espacial/interativa;
- ✓ Permitir o uso integrado com outras ferramentas do AVA, como por exemplo, o uso de enquetes ou avaliações em tempo real sobre os temas e conteúdos abordados;
- ✓ Permitir a integração de outras ferramentas e recursos, como: AVA (*Moodle, Teleduc, Tidia-AE*, comunidades de relacionamentos (*Facebook, e-Groups*), *Chat, Merchandising (X – antigo Twitter)* entre outros; e
- ✓ Com o advento dos grandes eventos no Brasil, a transmissão do conhecimento e informação através da IPTV por profissionais ou professores envolvidos nestes grandes projetos, será de grande ajuda para o meio acadêmico quanto para a pesquisa.

Com todos esses benefícios da IPTV, os discentes não ficavam dispersos em sala de aula. Eles tinham ainda o acompanhamento de um professor assistente (presencial),

que os orientava, levando em consideração a etnia de cada um, pois existiam alunos indígenas e não indígenas. Todas as atividades eram postadas nesse ambiente, onde também se fazia o registro das notas referentes ao desempenho individual do aluno.

O tutor tinha a responsabilidade em corrigir e proporcionar ao acadêmico o *feedback* de suas ações. As salas de aula do curso eram equipadas com vários *hardwares*: TV, computador, microfone, *webcam*, telefone IP, modem, impressora, *nobreak*, através dos quais os alunos acompanhavam as aulas e realizam as atividades<sup>11</sup>.

Em face dessa prática e desse ambiente, talvez tenham sido facilmente assimilados por professores e alunos porque já há o sentimento de familiaridade entre eles em relação a esse quadro tecnológico. Em relação ao ensino indígena no Brasil, percebemos que há avanço tecnológico com a inserção da IPTV, e também houve mudanças no pensamento do indígena a respeito da educação, conforme Luciano (2006, p.129):

Há algum tempo atrás, os povos indígenas do Brasil acreditavam que a educação escolar era um meio exclusivo de aculturação e havia certa desconfiança e repulsa quanto à escolarização. Isto está mudando. Diante das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno.

No período do Proformar, o sistema mediado pela TV não podia receber e transmitir dados simultaneamente, pois o satélite não conseguia fazer o tráfego de dados, mas atualmente e colocado em prática no curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural do PROIND, essa limitação foi superada com o sistema IPTV. Outros benefícios para a Educação através da IPTV são apontados por Tori (2010):

- ✓ Por sistemas de gerenciamentos, torna-se possível saber as ações e reações de cada um dos usuários da IPTV;
- ✓ Poderão ser realizadas pesquisas síncrona ou assíncrona, para conhecer em tempo real, a satisfação do usuário (aluno/professor) sobre temas abordados, sobre a metodologia aplicada, sobre os níveis de interação aluno-professor,

---

<sup>11</sup> Verificar em: UEA - Universidade do Estado do Amazonas. **Caderno 1 - O uso da Tecnologia na Plataforma da UEA Indígena.** Disponível em: <<http://www.projetos.uea.edu.br/licenciaturaindigena/blog/uploads/cadernoUEA.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2024.

sobre a aprendizagem e dificuldades de compreensão, assim como o nível de conhecimento sobre temas propostos;

- ✓ Proposta de produção coletiva de saberes em programas de edição de textos permitindo registros simultâneos, como exemplo: Google Docs;
- ✓ Incentivar os alunos a produzirem conteúdos audiovisuais através de dispositivos móveis ou filmadoras digitais e compartilharem em espaço restrito no ambiente da IPTV para análise e avaliação coletiva; e
- ✓ No ambiente o usuário poderá contar com uma série de conteúdos audiovisuais, textos e livros digitais armazenados em vários servidores de compartilhamento de instituições de ensino e redes de universidades.

A docência é uma profissão de transformação humana. Quem com ela trabalha tem um objetivo relacionado à mudança que o conhecimento ensinado/aprendido vai fazer para os alunos indígenas e não indígenas. O qual diz respeito, também, ao uso do Sistema Presencial Mediado por Tecnologia (SPMT) no *Internet Protocol Television* (IPTV), onde foram depositados os conteúdos das disciplinas e atividades do curso do PROIND.

Por este ângulo, Azambuja (2018), destaca esse novo cenário educacional que utiliza a IPTV como uma nova modalidade de Educação, alinhando seu pensamento nas contribuições de Tori (2010), quando descreve o surgimento de um fenômeno de convergência entre o virtual e o presencial na Educação conhecido como *Blended Learning* (BL) se tornam notáveis, principalmente porque é tido como uma metodologia ativa cujo aluno é o centro do processo.

Meu argumento aqui será contra a ideia de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos. Em vez disso, a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos midiáticos dispersos. (Jenkins, 2008, p.27).

Segundo Horn e Staker (2015), *blended learning* funciona como um programa de educação formal em que o aluno aprende através de conteúdos *online* com orientação e controle de quando utilizar, o local e o ritmo.

Graduaram-se no dia 28 de agosto de 2014, aproximadamente 1.870 acadêmicos da primeira turma do Curso Superior de Pedagogia Intercultural, do Programa de

Formação de Professores Indígenas (PROIND). A cerimônia foi realizada na reitoria da universidade e transmitida por meio do Sistema Presencial de Ensino Mediado por Tecnologia (SPMT/IPTV) para os municípios onde o curso foi realizado.

A outorga de grau se deu em agosto de 2014 e formou 576 (quinhentos e setenta e seis) indígenas e 1.301 (mil trezentos e um) não indígenas, totalizando 1.877 (mil oitocentos e setenta e sete) alunos. (BETTIOL, 2017, p.118).

Para Moran (2001, p.4) “[...] as tecnologias podem nos ajudar, mas, fundamentalmente, educar é aprender a gerenciar um conjunto de informações e torná-las algo significativo para cada um de nós, isto é, o conhecimento”.

O intelectual enfatiza ainda que a complexidade da sociedade do conhecimento e a necessidade de a educação romper com a fragmentação disciplinar e reducionismo e mostrar as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e dos problemas que hoje existem. Caso contrário será sempre ineficiente e insuficiente para os cidadãos do futuro.

## **CONSIDERAÇÕES**

Consequentemente, esse ensaio é sustentado a partir das experiências da UEA ao utilizar o ensino mediado pela tecnologia, como uma modalidade nova de ensinar, sem tirar o domínio do professor da sala de aula, onde o mesmo pode interagir com os alunos em qualquer parte em que se tenha um polo de ensino estruturado com os recursos tecnológicos e uma boa conexão de Internet. E desta forma, quem sabe, possa servir de modelo e referência para cursos em nível superior, *Lato Sensu, Scrito Sensu*, não só no Estado do Amazonas, mas em outras localidades do Brasil.

Consequentemente, este estudo partiu-se do pressuposto de que o ensino em sala de aula mediado pela tecnologia é capaz de contribuir para a assimilação e propagação do conhecimento, onde não há limites para a aprendizagem, já que a IPTV traz perspectivas para a modalidade de Educação a Distância (EAD) porque a comunicação entre docente e discente se torna interativa e dinâmica. Desta forma, entende-se que a vantagem em utilizar as tecnologias como ferramentas didáticas é a dinamização dos conteúdos, estimulando os alunos a crescer em autonomia e a criatividade.

É nesse sentido, que com a reflexão sobre o acesso de povos originários à universidade, deve-se levar em conta que junto com este debate. E, sobretudo, não podemos deixar de refletir sobre as dicotomias: saberes indígenas ou tradicionais e saberes científicos ou ciência ocidental, que a partir da trajetória dos acadêmicos

indígenas poderemos aprimorar e aprofundar sobre o assunto. Portanto, a educação superior indígena fazendo o uso das TICs, se torna um mecanismo de fortalecimento das culturas e das identidades.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Marcos Jolbert Cáceres. **A IPTV como modalidade de educação: um estudo de caso no ensino de engenharia**. 2013. Dissertação (Mestrado) –Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

AZAMBUJA, Marcos Jolbert Cáceres; GRIMONI, José Aquiles Baesso, DANTAS, Denise. **IPTV and Cultural Probes: A qualitative explorative study for the development of an interface for learning**. Proceedings of 2015 International Conference on Interactive Collaborative Learning (ICL). 20-24 September 2015, Florence, Italy.

AZAMBUJA, Marcos Jolbert Cáceres. **Entrevista para a pesquisadora**. Em: 10 abr. 2018.

BARRETO, Maria da Graça de Carvalho. **Educação, Diversidade, Multiculturalidade e Interculturalidade**, 2014.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **RCNEI - Referencial Curricular Nacional Educação Indígena**. Brasília: MEC/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, 1997.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque; RAMOS, José Ademir Gomes. **Proformar e a Educação no Amazonas**. Manaus: UEA Edições/Editora Valer, 2008.

BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Ernesto Renan M. F. (orgs.). **Vozes da Amazônia. Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal da Amazônia, 2007.

BETTIOL, Célia Aparecida. **A formação de professores indígenas na universidade do estado do Amazonas: avanços e desafios** (2017). Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151875/bettiol\\_ca\\_dr\\_prud.pdf?sequence=3](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151875/bettiol_ca_dr_prud.pdf?sequence=3)> Acesso em 11 jan. 2019.

HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Tradução: Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). **O índio brasileiro hoje**. In: **Guia para a Formação em Gestão de Projetos Indígenas. Projetos Demonstrativos para os povos indígenas-PDPI**. ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de (org). Brasília: Paralelo 15, 2008.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). 2012. **A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo**. In Alcida Rita Ramos (org.), **Constituições nacionais e povos indígenas**. pp. 206-227. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). **A Lei de Cotas e os Povos Indígenas: mais um desafio para a diversidade**. Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, 26 novembro 2012. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/2012/11/26/a-lei-das-cotas-e-os-povos-indigenas-mais-umdesafio-para-a-diversidade>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). 2015. **Indígenas antropólogos: Desafios e perspectivas**. *Novos Debates/ABA* 2(1): 2-17

MORAN, J. M. **Novos desafios na educação - A internet na educação presencial e virtual**. Pelotas: Editora da UFPel, 2001. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/moran/novos.htm> > Acesso em: 11 abr. 2024.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem**. São Paulo: Senac, 2010.

UEA/PROFORMAR. **Educação Indígena**. **Coordenador:** José Ademir Gomes Ramos. Manaus: UEA Edições, 2007.